

EDITAL

MARCO MARTINS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR:

Torno público, nos termos do disposto na alínea t) do nº 1 do artigo 35.º, conjugado com o artigo 56º, ambos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, o meu despacho de 06 de setembro de 2019, que produz efeitos a partir de 09 de setembro de 2019, de delegação e subdelegação de competências no Vereador e Vice-Presidente Senhor **Dr. Luís Filipe Castro de Araújo**, em **REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO**.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

E eu, *Ido Qui Santos*, Técnica Superior o subscrevo.

Paços do Município de Gondomar, 06 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,



(Dr. Marco Martins)

**GONDOMAR**

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

DESPACHO**DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

1 - Nos termos do nº 1 do artigo 56º e do nº 4 do artigo 58º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, por despacho de 27 de outubro de 2017, o **Dr. Luís Filipe de Castro Araújo**, foi designado como Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal e meu substituto legal nos termos do art 57º, nº 3 da referida Lei, em **REGIME DE PERMANÊNCIA E A TEMPO INTEIRO**. a quem ficam afetas a coordenação e supervisão de todas as atividades a desenvolver nos seguintes âmbitos e pelouros:

- Cultura
- Aquisições e Contratação
- Finanças e Contabilidade
- Urbanismo

2 – Ao Senhor Vice-Presidente incumbe, ainda, a gestão corrente, designadamente o acompanhamento do funcionamento, a gestão de horários, as autorizações de cedência e/ou ocupação e o reporte de necessidades de intervenção, dos seguintes equipamentos municipais:

- Edifício do DU;
- Auditório Municipal;
- Arquivo Municipal;
- Biblioteca Municipal;
- Centro Cultural de Rio Tinto;
- Casa Branca de Gramido;
- Anfiteatro do Largo do Souto.



3 – Assim, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 36º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, ficam DELEGADAS, nos âmbitos antes indicados, as seguintes competências:

- a) Representar o município em juízo e fora dele - alínea a) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12/9;
- b) Autorizar a realização de despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei, ou por delegação da Câmara Municipal, com exceção das referidas no nº 2 do artigo 30º e alínea g) do nº 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9, devendo caso das despesas a realizar no âmbito das funções que lhe estão distribuídas, fazer preceder a autorização do conhecimento do delegante;
- c) Autorizar o pagamento das despesas realizadas - alínea h) do nº 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- d) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos – alínea l) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12/9;
- e) Promover a publicação das decisões ou deliberações – alínea t) do nº 1 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- f) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores afetos aos serviços da câmara municipal – alínea c) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- g) Outorgar contratos em representação do município – alínea f) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- h) Conceder autorizações de utilização de edifícios - alínea j) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013 e nº 3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na sua redação atual;
- i) Embargar e ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações, efetuadas por particulares ou pessoas coletivas, nos seguintes casos – alínea k) do nº 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12/9:
 - Sem licença ou na falta de qualquer outro procedimento de controlo prévio legalmente previsto ou com inobservância das condições neles constantes;



- Com violação dos regulamentos, das posturas municipais, de medidas preventivas, de normas provisórias, de áreas de construção prioritária, de áreas de desenvolvimento urbano prioritário ou de planos municipais de ordenamento do território plenamente eficazes;
- j) Direção da instrução do procedimento de controlo prévio das operações urbanísticas – nº 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação atual;
- k) Proceder ao saneamento e apreciação liminar dos pedidos ou comunicações – artigo 11º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação atual;
- l) Rejeitar ou admitir comunicações prévias – nº 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação atual;
- m) Emitir alvará de licença ou autorização das operações urbanísticas – artigo 75º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação atual;
- n) Fiscalizar a realização de qualquer operação urbanística – artigo 94º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação atual;
- o) Determinar a posse administrativa de imóvel, de forma a permitir a execução coerciva das medidas de tutela da legalidade urbanística – artigo 107º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação atual;
- p) Determinar a cessação da utilização de edifícios ou de suas frações – artigo 109º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação atual;
- q) Praticar os atos que no âmbito do regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7/3, na sua redação atual, estão cometidos ao Presidente da Câmara (artigo 36º da Lei 75/2013, de 12/9);
- r) Suspender o procedimento nos termos do disposto nos nºs 7 e 10º do artigo 11º do DL n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.



4 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal, de 26/10/2017, me foram delegadas competências, nos termos do disposto no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ficam **SUBDELEGADAS, no referido Vereador**, nos âmbitos antes indicados, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º, da Lei antes referida, assim como ao abrigo dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, as seguintes competências:

- a) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba - al. f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- b) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central - alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9);
- c) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património - alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- d) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas - alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- e) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos - alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- f) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços - alínea dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- g) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal - alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- h) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios - alínea tt) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- i) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município – alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12-9;



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

- j) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município - alínea zz) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/9;
- k) Exercer todas as competências previstas no âmbito do regime de licenciamento de instalação de armazenamento de produtos de petróleo, de postos de abastecimento de combustíveis e Redes e ramais de distribuição ligadas a reservatórios de gases de petróleo liquefeito sujeitos ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 125/97, de 23/5, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26/11, na sua redação atual;
- l) Exercer todas as competências previstas para a entidade coordenadora, no caso de estabelecimentos industriais tipo 3, no âmbito do regime de exercício da atividade industrial (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1/8;
- m) Exercer todas as competências previstas no âmbito do regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7/3, na sua redação atual;
- n) Exercer todas as competências previstas no âmbito do regime jurídico da instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19/1;
- o) Exercer todas as competências previstas no regime jurídico de Reversão Urbanística das Áreas de Génese Ilegal, constante da Lei n.º 91/95, de 2/9, na sua redação atual;
- p) Praticar, no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, os seguintes atos:
 - Decidir, ao abrigo do nº 4 do artigo 5º do RJUE, pedidos de informação prévia, nos termos e limites fixados nos artigos 14º e 16º do RJUE, e conceder as licenças administrativas, incluindo a aprovação dos respetivos projetos de arquitetura, ao abrigo do nº 1 do artigo 5º do RJUE, designadamente respeitantes a obras de urbanização, trabalhos de remodelação de terrenos, obras de construção, de reconstrução, de alteração, de ampliação, de conservação e de demolição, previstas no nº 2 do artigo 4º do RJUE, assim como emitir as licenças nas situações previstas no n.º 6 do artigo 4º;



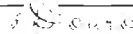
- Apreciar os projetos e licenciar as operações de loteamento e as respetivas alterações à licença – n.º 1 do artigo 5º e artigo 27º
- Certificar a promoção das consultas a entidades externas, nos termos do nº 12 do artigo 13º;
- Promover a atualização de documentos nos procedimentos de alteração à licença, nos termos do nº 6 do artigo 27º;
- Proceder às notificações, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4 do artigo 14º e no nº 3 do artigo 65º;
- Emitir certidões, nos termos previstos nos nºs 2 e 3 do artigo 49º;
- Alterar as condições da licença ou da comunicação prévia de obras de urbanização, nos termos previstos no nº 7 do artigo 53º;
- Reforçar e reduzir o montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos previstos dos nºs 4, 5 e 6 do artigo 54º, bem como proceder à sua correção nos termos do nº 3 do mesmo artigo;
- Fixar as condições e prazo de execução de obras, nos termos dos artigos 57º e 58º;
- Fixar prazo, por motivos de interesse público devidamente fundamentado, para a execução faseada de obra, nos termos previstos no nº 1 do artigo 59º;
- Designar a comissão de realização de vistoria, prevista no nº 2 do artigo 65º;
- Proceder à certificação para efeitos de constituição de propriedade horizontal, prevista no nº 3 do artigo 66º;
- Declarar as caducidades previstas no artigo 71º, nos termos do nº 5 do mesmo artigo;
- Revogar as licenças;
- Revogar a licença ou a admissão de comunicação prévia de operações urbanísticas, nos termos previstos no nº 2 do artigo 73º;
- Publicitar a emissão do alvará de licença de loteamento, nos termos do nº 2 do artigo 78º;
- Proceder à apreensão de alvarás cassados, nos termos do nº 4 do artigo 79º;
- Promover a execução de obras, nos termos previstos no nº 1 do artigo 84º;



- Acionar as cauções, nos termos previstos no nº 3 do artigo 84º;
- Proceder ao levantamento do embargo, nos termos previstos no nº 4 do artigo 84º;
- Emitir, oficiosamente, alvará, nos termos previstos no nº 4 do artigo 84º e no nº 9 do artigo 85º;
- Fixar prazo para prestação de caução destinada a garantir a limpeza e reparação de danos causados em infraestruturas públicas, nos termos previstos no artigo 86º;
- Proceder à receção provisória e definitiva das obras de urbanização, incluindo a homologação do respetivo auto de vistoria, nos termos previstos no artigo 87º;
- Conceder licenças para efeitos de conclusão de obras inacabadas, nos termos do nº 1 do artigo 88º;
- Nomear técnicos para efeitos de vistoria prévia, nos termos previstos no nº 1 do artigo 90º;
- Tomar posse administrativa de imóveis para efeitos de obras coercivas, nos termos previstos no artigo 91º;
- Ordenar o despejo administrativo de prédios ou de parte de prédios, nos termos previstos no artigo 92º e nos nºs 2, 3 e 4 do artigo 109º;
- Contratar com empresas privadas para efeitos de fiscalização, nos termos previstos no nº 5 do artigo 94º;
- Determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou salubridade ou à melhoria de arranjo estético e a demolição, total ou parcial, das construções que ameacem, ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e segurança das pessoas, nos termos previstos no nº 3 do artigo 102.º;
- Exercer todas as competências, em matéria de legalização, previstas no artigo 102º-A;
- Promover a realização de trabalhos de correção ou de alteração por conta do titular da licença ou do apresentante da comunicação prévia, nos termos previstos no nº 3 do artigo 105º;



GONDOMAR



MUNICÍPIO DE GONDOMAR

- Prestar a informação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 110º;
- Autorizar o pagamento fracionado de taxas, nos termos previstos no nº 2 do artigo 117º;
- Manter atualizada a relação dos instrumentos jurídicos previstos no artigo 119º;
- Prestar informações sobre processos relativos a operações urbanísticas, nos termos previstos no artigo 120º;
- Enviar mensalmente os elementos estatísticos para o Instituto Nacional de Estatística, nos termos previstos no artigo 126º.

Paços do Município de Gondomar, 6 de setembro de 2019

O presente despacho produz efeitos a 9 de setembro de 2019

O Presidente da Câmara,



(Dr. Marco Martins)